

Poetizando a rua: O Sarau dos Vira-Latas e o uso da espaço enquanto *lugar*

Autor: Guilherme de Almeida Abu-Jamra¹

Resumo: Busca-se, nesse artigo, problematizar os usos e não-usos das ruas no presente contexto das cidades brasileiras, mais especificamente na cidade de Belo Horizonte, a partir da teoria de Jane Jacobs, relacionando-a ao pensamento do não-*lugar*, da rua enquanto local de passagem e não-convívio colocado por Marc Augé. Finalmente, discute-se o papel da iniciativa social organizada autonomamente para a construção de alternativas e quebra de tal ciclo, tornando a rua um *lugar*, não enquanto nicho inalterável, mas enquanto “momentos articulados”, no sentido de Doreen Massey (1994) e melhor trabalhado por Rogerio Proença Leite (2004). Para tal, faz-se uso de um exemplo prático de iniciativa organizada que ocorre atualmente na cidade de Belo Horizonte, o Sarau dos Vira-Latas.

Palavras-chave: Rua; Lugar; Não-Lugar; Público; Ocupação

As ruas e o medo em Jane Jacobs

“As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. Ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona” (JACOBS, 2000, p. 29).

As ruas, tidas como espaços de trânsito, tanto de pedestres quanto automotivo, são espaços emblemáticos da cidade. Isso significa que são símbolos do espaço urbano e refletem, de um modo geral, a abordagem sobre a cidade, tanto pelo poder público quanto pelas pessoas e grupos que compõem o cenário da sociedade civil.

As calçadas são locais de relação, já que servem de passagem para diversos personagens. São, portanto, locais de relação com o desconhecido. É fácil concluir que nas grandes metrópoles, abrigam o medo relacionado à violência presente. Se as ruas são caracterizadas como violentas (não importando como é feita essa mensuração, e se a violência está presente de fato), a cidade é violenta. Esse temor, obviamente, gera um menor uso das ruas e calçadas, tornando-as ainda mais inseguras (JACOBS, 2000). É o efeito bola de neve que afeta fortemente os grandes centros urbanos brasileiros, incluindo, aqui, a cidade de Belo Horizonte.

O medo, derivado da relação com o desconhecido, existe a partir do momento em que esse “anonimato” é incentivado, gerando desconfiança e cada vez menos possibilidades de quebra desse já citado efeito bola de neve. Alimenta-se, assim,

¹ Aluno do sétimo período de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais; email: Abujamra@gmail.com



algumas ideias falhas sobre como solucionar essa insegurança (ou esse sentimento). Uma delas é a de que o problema da violência é causado pelo adensamento populacional; propõe-se, assim, uma “suburbanização das cidades”, desencorajando os seus usos e apropriações. Mais uma vez, entra aqui o efeito bola de neve, já que o sentimento de insegurança com as ruas desocupadas aumenta, trazendo consigo a própria insegurança de fato. Isso traz uma degradação local, até mesmo em aspectos subjetivos (tais como agradabilidade, sensação de insegurança), deteriorando o espaço como qualquer coisa além de um espaço de passagem, um não-lugar. Há uma relação direta entre a vitalidade das ruas e a sua segurança.

Jane Jacobs coloca três características definidoras de uma rua segura e pronta para receber a todos:

- 1- separação nítida entre espaço público e privado;
- 2- devem existir “olhos para a rua” – os edifícios devem estar voltados para as ruas;
- 3- a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente.

Este último ponto, em particular, diz muito sobre a discussão aqui suscitada. “Todos precisam usar as ruas”, mas “Não se podem forçar as pessoas a utilizar as ruas sem motivo” (ibid., p. 37). Deve-se estimular o seu uso, através de ações como a implantação de estabelecimentos comerciais, locais que funcionem à noite, enfim, que promovam a circulação de pedestres. Porque, ao contrário do que muitos pensam, “a presença de pessoas atrai outras pessoas” (ibid., p. 38), tanto usuários como apenas espectadores do movimento.

Em alguns casos, tal uso constante e progressivo das ruas por parte das pessoas em geral é alimentado por ações do poder público. Levanta-se, ainda, o papel da iluminação como estímulo à essa “vigilância e ocupação coletiva” das ruas, sem contudo colocar esse aspecto como causa principal ou única da (falta de) segurança.

Dentre os estímulos à desocupação dos espaços públicos – particularmente as ruas -, há a ideia de que o transporte em veículos, em detrimento da caminhada, traga a tão desejada segurança. Cria-se um universo territorial particular em meio às vias públicas.

A rua enquanto não-lugar

“Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73).

Marc Augé trabalha uma definição de não-lugares como expressões da vida supermoderna (ou o contexto em que vivemos), e coloca a problemática de analisá-los à luz da antropologia. Criando um contraponto ao lugar antropológico, engloba em tal definição espaços que não criam vínculos, não se comunicam com as pessoas que o utilizam. Espera-se uma relação dos indivíduos apenas com estímulos textuais, e assim se instalam as “condições de circulação” dos não-lugares.

“Porém, os não lugares reais da supermodernidade, aqueles que tomamos emprestados quando rodamos na auto-estrada [...] têm isto de particular – definem-se, também, pelas palavras ou textos que nos propõem: seu modo de usar, em suma, que se exprime, conforme o caso, de maneira prescritiva [...], proibitiva [...] ou informativa...” (ibid., p. 89).

O não-lugar enquadra.

A rua se constitui como não-lugar na medida em que não propicia o diálogo do usuário para além de meros textos. Constitui-se como local de passagem, fabricando o “homem médio” (ibid.), através da imposição de regras de uso: circule, não atrapalhe o fluxo. Há a individualização do sujeito somente a partir do momento em que há a quebra do esperado, em que há o “erro”:

“Sozinho, mas semelhante aos outros, o usuário do não-lugar está com este (ou com os poderes que o governam) em relação contratual. A existência desse contrato lhe é lembrada na oportunidade (o modo de uso do não-lugar é um dos elementos do contrato)...” (ibid., p. 93).

Aqui, no entanto, não é tanto a identidade individual que se relaciona com e possibilita o contrato, mas o próprio respeito ao contrato. Características individuais podem sim influir no julgamento sobre o cumprimento deste (como vestuário, cor da pele, etc.) mas *a priori* todos circulam, desde que se enquadrando às regras. “De certo modo, o usuário do não-lugar é sempre obrigado a provar sua inocência” (ibid., p. 94).

O sujeito na rua, assim, não cria nem exprime sua identidade singular, nem se relaciona, mas vive apenas a condição de “solidão e similitude” (ibid.). A identidade singular surge apenas no momento em que ele foge do não-lugar, já que os estímulos textuais proporcionados pelo não-lugar são os mesmos para todos. “Esperando, obedece ao mesmo código que os outros, registra as mesmas mensagens, responde às mesmas solicitações” (ibid., p. 95).

O convívio em um sentido amplo mostra-se, portanto, arma crucial para uma vida mais saudável nas cidades e nas ruas. Os contatos muitas vezes são triviais, como apenas um “Bom dia!”, ou um comentário sobre o novo cabelo da vizinha. A soma desses contatos, no entanto, mostra-se muito maior (JACOBS, 2000). Cria-se uma rede

de confiança. Esse cultivo, segundo Jane Jacobs, não pode ser institucionalizado. De fato, não pode sê-lo. Mas, e se dermos novos significados a locais de simples passagem? E se os transformarmos em *lugares*? Refiro-me não a estímulos estatais como forma de “institucionalizar o convívio informal”, mas a usos da própria população para a promoção de tal convívio, do uso dos instrumentos colocados, do uso criativo da rua. Não é a formalização que aqui entra em questão, mas a iniciativa organizada.

Vivemos uma realidade de crescimento contínuo do sentimento de hostilidade e do estímulo ao “não convívio”. Acredito que é papel de todos tentar quebrar esse ciclo, e iniciativas organizadas em conjunto podem contribuir muito para difundir essa discussão. Como não é oferecida a infraestrutura prática e subjetiva para o convívio entre “estranhos”, façamos tal convivência acontecer. Como dito por Jacobs,

“A vida na rua [...] Só surge quando existem as oportunidades concretas, tangíveis, de que necessita. Coincidentemente, são as mesmas oportunidades, com a mesma abundância e constância, necessárias para cultivar a segurança nas calçadas. Se elas não existirem, os contatos públicos nas ruas não existirão” (JACOBS, 2009, p. 75).

E vice-versa.

Do local ao *lugar*

A iniciativa organizada possibilita a construção de *lugares*. Não no sentido estritamente espacial, mas colocado também em termos temporais. Defendo aqui a ideia de *lugar* teorizada por Doreen Massey e trabalhada por Rogerio Proença Leite. Massey tem o mérito de dar ao *lugar* um sentido além do tempo-espço:

“Assim, em vez de pensar os lugares como áreas de fronteiras ao redor, pode-se imaginá-lo como momentos articulados em rede de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente” (MASSEY, 1994, apud LEITE, 2004, p. 285).

Com isso, Massey contribui muito para o entendimento do *lugar* enquanto espaço fluido, flexível, desprovido de rigidez. Já Leite acrescenta uma manutenção das fronteiras nessa nova definição de *lugar*, no sentido de “necessidade de convergência mínima de conteúdos e práticas simbólicas, capaz de agregar sociabilidades que se assemelhem” (LEITE, 2004, p. 286). É necessário que haja o que ele denomina de uma mínima convergência de sentidos, implicando em possibilidades de entendimento “sobre o que representa um *lugar* e sobre os códigos culturais que o qualificam” (ibid.,

p. 286). Em outras palavras, a fluidez do *lugar* não elimina as fronteiras da sua existência como um todo.

Outro ponto a se destacar é a capacidade de transformação que a existência do *lugar* imprime sobre o espaço. Um espaço urbano adquire um caráter público a partir do momento em que se torna um espaço de confluência de *lugares*.

“A construção social dos *lugares* incide sobre a formação de um espaço público na proporção em que necessitam legitimar – e ter reconhecidas publicamente – suas próprias concepções de mundo, em uma configuração socioespacial que possibilite externar reivindicações de validade” (ibid., p. 317).

Desse modo, é a configuração de um espaço público que possibilita a existência do desentendimento, na medida em que o *lugar* opera pelo entendimento e pela convergência simbólica. Assim, “O sentido público dos espaços urbanos resulta também da confluência de diferentes *lugares* e sociabilidades que instalam possibilidades de contestação e discordância, cuja igualdade de fala é constantemente desafiadora” (ibid., p. 317).

Creio que, se queremos (e devemos) agir no sentido de promovermos outra vivência das (e nas) ruas, é preciso uma articulação de setores da sociedade civil nesse sentido. Leite defende uma ideia inicialmente proposta por Simmel, e aqui continuo a defesa: um espaço vazio é um espaço desprovido de significações (ibid.).

Se o *lugar* caracteriza-se mais por um momento, apresentando configurações flexíveis, defendo a iniciativa organizada que consegue realizar tais momentos: com a realização do Sarau dos Vira-Latas, por exemplo, em um não-lugar, o meio da rua, ocorre uma possibilidade de entendimento através de uma convergência de sentidos, mesmo que por momentos específicos. Existe, ali, naquele espaço físico-temporal, uma convergência simbólica; há a possibilidade de entendimento, enquanto “apenas a faculdade de compreender a si mesmo e ao outro como partes de algo em comum” (ibid., p. 288). É claro que o *lugar* não é universal: existe para aqueles que compartilham desses códigos culturais, convergindo simbolicamente. Mas aí entra a questão: existindo a possibilidade de entendimento, um não-lugar pode se tornar um *lugar* para pessoas que inicialmente não faziam parte de tal ação. Transeuntes recebem um novo estímulo para além dos meros textos postos pelo não-lugar, e podem – ou não – passarem a fazer parte do *lugar*, na medida em que passarem a compartilhar daqueles sentidos. A diferença demarca-se, já que não são todos que legitimam aquele uso do espaço enquanto *lugar*. Mas a transição entre as fronteiras é possível e aberta.

Ao criar-se um *lugar*, coloca-se em questionamento todo o entendimento e significação prévios daquele espaço físico. Ou melhor, ocorre uma resignificação do que estava previamente colocado e entendido. Ainda que essa resignificação ocorra pontualmente - onde e enquanto o evento acontece -, as “sequelas” deixadas duram mais tempo, invadindo o não-lugar. Enquanto o *lugar* existe, há uma nova convivência dentro do espaço. Colocando em pauta a discussão e o pensamento do que é o lugar, o local que se ocupa e se convive, a partir da contestação, promove-se um novo pensamento do uso daquele espaço, pensamento que ultrapassa o momento-*lugar*. Desse modo, transformando o espaço urbano em espaço público (ibid.), traz-se uma vitalidade para o espaço, quebrando um ciclo de insegurança enquanto sentimento recorrente, que gera a insegurança e a violência de fato. Melhora-se, usando a base comparativa de Jane Jacobs, a vida nessas calçadas, nessas ruas, nesses espaços urbanos. O espaço não se torna permanentemente público, já que o *lugar* não é permanente, não é fixo, mas aquele espaço tornado momentaneamente público gera outro modo relacional das pessoas para com o espaço antes totalmente inseguro da rua.

Leite ressalta, que, assim como a convergência de sentidos, também é necessário uma “relação de continuidade espaço-temporal” (ibid., p. 296-297) para a existência do *lugar*. Ainda que sejam espaços fluidos e efêmeros, “enquanto se mantêm, devem apresentar possibilidades mínimas de continuidade” (ibid., p. 297). Defendo, no entanto, que a existência de tais eventos, ao imprimirem ao não-lugar todas as condições para que o *lugar* faça-se presente naquele espaço de tempo, são formas de atuação para que haja uma mudança no sentimento permanente do que representa aquele espaço físico. Ao reconstruir os sentidos dados àquele espaço, deixam uma mensagem que transcende a existência do evento, e do *lugar* enquanto espaço onde o evento acontece. Cito brevemente aqui um exemplo que ocorre na cidade de Belo Horizonte: O Duelo de MCs, evento que acontece semanalmente sob o Viaduto Santa Tereza, no hipercentro da cidade.

Antes tido como eminentemente violento, o espaço sob esse viaduto-símbolo da capital de Minas Gerais passou a receber, a partir de 2007, o evento que traz cantores, dançarinos, DJs, artistas do grafite, e demais expoentes e apreciadores da chamada Cultura Hip-Hop. Durante o evento, o espaço, que para uma grande parte da cidade constitui-se como não-lugar (é claro que aquele espaço serve de *lugar* para vários indivíduos e grupos, como espaço de uso de drogas, espaço de moradia; trato, no entanto, de uma perspectiva outra, que me envolve também), recebe novo significado:

vira palco, vira tela para artistas, vira pista de skate, vira espaço para dança e cenário para apreciadores dessas expressões artísticas. Há uma confluência de significados, existe a possibilidade de entendimento acerca dos modos de comportamento, de vestimenta, de signos culturais a serem utilizados durante aquele espaço de tempo naquele espaço físico. Vale ressaltar, aqui, que nunca houve apoio formal do Estado para que esse *lugar* pudesse existir de fato. Porém, a existência daquele *lugar* todas as sextas-feiras à noite trouxe um movimento àquele espaço nunca antes assistido. Dessa forma, outros espaços comerciais e culturais passaram a existir no entorno, como a sede do grupo de teatro Espanca!, e a casa noturna Nelson Bordello. Além disso, houve alterações físicas no espaço, como uma nova iluminação colocada pela prefeitura sob o viaduto, iluminação que funciona todos os dias da semana, não apenas na sexta-feira. Assim, mesmo quando aquele espaço volta a ser um não-lugar para os que fazem uso dele na sexta-feira, houve uma mudança de relação dos transeuntes para com aquela região. Possibilitou-se outras formas de entendimento daquele espaço para muitas pessoas que antes tinham muito mais medo de passar por ali.

“Por isso, não são os ares de uma cidade enobrecida que libertam, mas as formas cotidianas de apropriação política dos lugares, que publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade como espaços públicos” (ibid., p. 318).

O Sarau dos Vira-Latas

*“Nós somos vira-latas, nas ruas viramos latas
Mas nunca passamos as patas, e nisso você aposte
A gente mira na lata, enquanto eu viro latas
Eu viro mais vira-lata, e mijo em qualquer poste
Caçando, às vezes, gatos, eu sou defensor dos ratos
Bem sujo eu sou, de fato, meu pelo já está marrom
Eu nunca usei sapato, eu uso o que é mais barato
Infestado de carrapato, porque eu sou sangue-bom...”*
(PP, um poeta vira-lata).

Mostro, aqui, um pouco de uma iniciativa que acontece atualmente, nas ruas de Belo Horizonte, e da qual faço parte, podendo assim contar e explicar como ela se encaixa e serve de exemplo para a discussão promovida nesse texto.

O Sarau dos Vira-Latas começou com a ideia de se realizar um sarau de poesias no Centro Cultural UFMG, envolvendo artistas da cena do *rap* de Belo Horizonte, com o objetivo de divulgar essa linguagem e a produção poética desses artistas, além de fortalecer o diálogo entre o *rap*, a comunidade acadêmica e interessados em poesia. A

primeira edição – com o nome de Sarau RAPoético – teve, consequentemente, presença maciça de artistas do *rap*.

Com o sucesso dessa edição, os participantes se entusiasmaram e resolveram marcar uma outra data para dar continuidade às reuniões em torno da poesia. Logo ele foi rebatizado e houve um consenso em realizá-lo mais vezes, e em outros pontos da cidade. A segunda edição ocorreu no Parque Municipal de Belo Horizonte, em uma manhã de domingo, sendo já marcada uma terceira edição, em outro ponto do centro da capital mineira. Surgiu, então, uma sistematização: o sarau aconteceria a cada duas semanas, cada vez em um local diferente, previamente combinado na última edição.

Essa característica de realização – acontecer em locais públicos e diversos da cidade – traz imediatamente algumas discussões à tona. Fica claro, aqui, como essa construção dos *lugares* pela iniciativa organizada pode fazer uso da fluidez e ausência de rigidez teorizadas por Massey e Leite.

A cidade de Belo Horizonte, como já citado no texto, vive hoje sob uma lógica de desestímulo do seu uso pela população. Essa condição acompanha o que acontece em grande parte dos municípios brasileiros.

Ocupações autônomas dos meios urbanos e resignificações de instrumentos com função pré-estabelecida mostram-se afrontas. Realizar a convivência em espaços designados e pensados apenas como vias de passagem é algo ilógico, sob a ótica funcionalista de pensamento urbanista. É por isso que a prática do skate, por exemplo, ainda traz polêmica: bancos e corrimãos tomam outro significado nas mãos (e rodas) dos skatistas.

Em uma das edições do Sarau dos Vira-Latas, realizamos os recitais de noite em meio a uma calçada de uma das maiores e mais movimentadas avenidas de Belo Horizonte, a Av. Afonso Pena. As escadarias da prefeitura serviram de arquibancada, e o meio da calçada de palco. Os transeuntes, passando sempre com olhares curiosos, raramente reservavam mais do que esse olhar de atenção para o que ocorria. Algumas pessoas, entretanto, pararam, se arriscaram a criar alguns laços, perguntar o que estava acontecendo, conversarem, conhecerem pessoas. Perceberam o que representava aquele evento, a existência daquele *lugar*. Muitos guardas municipais sentiram-se incomodados com aquela presença constante de pessoas - compartilhando, ainda que minimamente, práticas simbólicas, possibilitando o entendimento -, sentadas nas escadarias, sem se moverem de lá por cerca de duas horas. Por que não estávamos passando com medo da noite e do movimento da região central de Belo Horizonte, mas, ao contrário,

permanecíamos sentados em meio à calçada, “atrapalhando” o fluxo “normal” das pessoas? Como pode a rua ser um *lugar*?

Conclusão

Tentei nesse trabalho, por meio da exemplificação prática de um evento que já acontece na cidade de Belo Horizonte, problematizar os usos, desusos e não-usos das ruas da cidade enquanto não-lugares, e o papel que a iniciativa organizada e coletiva pode desempenhar ao possibilitarem a existência de *lugares* em meio a essa condição já previamente imposta. Não foi objetivo abarcar toda a discussão em torno do espaço público das cidades e de suas ocupações e apropriações, que se amplia pelo campo da filosofia política, da geografia e da sociologia, mas tratar de alguns problemas específicos dos não-usos da rua apontados na obra de Jane Jacobs, à luz dos entendimentos e aplicações dos conceitos de não-lugar proposto por Marc Augé e de *lugar* proposto por Rogerio Proença Leite, e exemplificar alternativas com ações práticas já existentes. Defendo, portanto, o caráter positivo da construção do *lugar* enquanto prática organizada autonomamente.

Tampouco acredito que tais iniciativas sejam a salvação e solução permanente para todos os problemas existentes com relação ao convívio dentro das cidades. Entretanto, não creio que haja soluções permanentes: as cidades e o modo como historicamente as configuramos, assim como nossas relações dentro delas são geradores e frutos de conflitos². Acredito, sim, que tais ações locais conseguem criar novas configurações sociais, novos *lugares*, enquanto quebra de paradigmas, promovendo momentos em que há uma maior humanização da rua, justamente pela possibilidade relacional que se apresenta.

² Georg Simmel, em seu texto “Conflito e estrutura do grupo”, trata da natureza sociológica do conflito, e da relevância do conflito na formação da socição. As causas dessa socição – ódio, inveja, necessidade – constituem-se simultaneamente como causa de dissociação, caracterizando a natureza aparentemente paradoxal do conflito. “O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes [...] Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente” (SIMMEL, 1983, p. 122-123). Dessa forma, devemos analisar o conflito sob uma visão “positiva”, no sentido de ser parte integrante do processo que possibilita a existência social. “A contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência [...] a sociedade, tal como a conhecemos, é o resultado de ambas as categorias de interação, que se manifestam desse modo como inteiramente positivas” (ibid., p. 124). O conceito de unidade, aqui, é tratado como “a síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais” (ibid., p. 125)

Bibliografia

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- ATHAYDE, Celso... [et. al.]. *Cabeça de porco* / Celso Athayde, MV Bill, Luiz Eduardo Soares. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade* / Marc Augé; trad. Maria Lúcia Pereira. – Campinas, SP: Papirus, 1994.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. – trad. Carlos S. Mendes Rosa. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. – trad. Carlos S. Mendes Rosa. – São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.
- SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.) - *Georg Simmel: sociologia* / org. Evaristo de Moraes Filho [trad. Carlos Alberto Pavanelli... et. al.]. – São Paulo: Ática, 1983.